



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ELEITORAL RELATOR
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Processo nº 0600110-23.2024.6.21.0128

Procedência: 128ª ZONA ELEITORAL DE PASSO FUNDO/RS

Recorrente: SIM PASSO FUNDO PODE MAIS[PDT / Federação BRASIL DA ESPERANÇA - FE BRASIL(PT/PC do B/PV) / Federação PSOL REDE(PSOL/REDE)] - PASSO FUNDO - RS

Recorridos: PASSO FUNDO SEMPRE [PSD/PP/MDB/PSB/Federação PSDB CIDADANIA(PSDB/CIDADANIA)] - PASSO FUNDO - RS e PEDRO CEZAR DE ALMEIDA NETO

Relator: DES. ELEITORAL FRANCISCO THOMAZ TELLES

PARECER

RECURSO ELEITORAL.. REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR. IMPROCEDENTE. PEDIDO DE DIREITO DE RESPOSTA. NÃO CONHECIDO. PROPAGANDA ELEITORAL GRATUITA. AUSÊNCIA DE FATO SABIDAMENTE INVERÍDICO. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Trata-se de recurso eleitoral interposto pela COLIGAÇÃO SIM PASSO FUNDO PODE MAIS em face de sentença prolatada pelo Juízo da 128ª Zona Eleitoral, a qual julgou improcedente a representação por propaganda irregular por ela interposta contra COLIGAÇÃO PASSO FUNDO SEMPRE e PEDRO CÉSAR DE ALMEIDA NETO, bem como não conheceu o pedido de direito de resposta.

De acordo com a sentença, não houve o uso inadequado de desenhos e representações gráficas, bem como a divulgação de informações inverídicas aos eleitores na propaganda eleitoral gratuita veiculada pelo recorrido em 06/09/2024, (ID 45689592)

O recorrente alega, em suma, que a informação no sentido de que PEDRO é o único responsável pela instalação das câmeras de vigilância é inverídica e confunde o eleitor, pois ele não foi o protagonista da instalação, apenas realizou a ampliação do programa de monitoramento. Com isso, requer a reforma da decisão. (ID 45711591)

Com contrarrazões (ID 45711601), foram os autos remetidos a esse egrégio Tribunal e deles dada vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o relatório. Passa-se à manifestação.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Não assiste razão ao recorrente. Vejamos.

Da análise do vídeo do ID 45711530 em cotejo com os elementos probatórios colhidos nos autos, percebe-se que a informação referente à instalação das câmeras de monitoramento no município de Passo Fundo veiculada no horário eleitoral gratuito do recorrido, não se caracteriza como fato sabidamente inverídico, o qual, conforme definição do e. TSE, “é aquele que não demanda investigação, ou seja, perceptível de plano” (AgR-AREspE nº 060040043, Relator Min. Raul Araujo Filho, publicado em 28/08/2023).

Ora, o seguinte trecho da sentença revela que não houve a veiculação de fato sabidamente inverídico pelo recorrido:

A questão sobre a instalação da Central de Videomonitoramento de Câmeras de Vigilância não foram falseadas. De fato, **inicialmente havia duas dezenas de câmaras, na gestão do representante e as informações, documentos e contratos constantes da contestação confirmam a instalação de 800 câmaras, ampliação em mais de 40 vezes o existente. Cuida-se, portanto, uma total transformação no que se concebe como “Sala de Videomonitoramento” para uma “Central de Videomonitoramento”, que se pode dizer ser uma nova realidade. Se isso é bom ou ruim são avaliações que cabem ao eleitor, mas não há inverdades, fatos mentirosos ou descontextualizados no descrito.**

O que deve existir é o livre mercado das ideias, com a interpretação pelo público, e sem buscar na Justiça Eleitoral afirmações de percepções subjetivas e cosmovisões políticas. Logo, como disse, *“não parece haver manifesta falsidade no conteúdo da propaganda, que exige imediata remoção e comprometa o juízo do eleitoral, quando comparada com as informações trazidas pelo representante, pois não são incompatíveis entre si e não se exige de um candidato que faça referência ao trabalho*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

do outro. Esses eventuais esclarecimentos e apontamentos precisam ser feitos dentro do horário eleitoral no debate democrático, apontando as eventuais diferentes de trabalho e de propostas.”

Nesse contexto, fica afastada eventual inverdade perceptível de plano, abrindo-se espaço para o natural debate político acerca do tema durante a campanha eleitoral, razão pela qual não deve prosperar a irresignação.

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por seu agente signatário, manifesta-se pelo **desprovemento** do recurso.

Porto Alegre, 19 de setembro de 2024.

CLAUDIO DUTRA FONTELLA

Procurador Regional Eleitoral



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

VG